MPF Ministério Público Federal | Procuradoria da República em Caicó

PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIO DE DIREITO PRM CAICÓ/2014 PROVA TIPO 1

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. O CARTÃO DE RESPOSTAS deve ser assinado pelo candidato e o TIPO DE PROVA deve ser indicado, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo.
2. Quando autorizado pelo fiscal da sala, confira se o caderno contém: 40 questões de múltipla escolha, com quatro opções cada: “a”, “b”, “c” e “d”; uma questão subjetiva, com espaço para o rascunho da prova.
3. Antes de iniciar a prova, confira o caderno. Caso esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição. Reclamações posteriores não serão aceitas.
4. Preencha com atenção e letra legível o campo de identificação contido na parte inferior desta página.
5. Não será permitida consulta a qualquer tipo de texto, nem empréstimo ou comunicação entre os candidatos durante a realização das provas.
6. A duração da prova é de 4 (quatro) horas, não prorrogável, incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento das respostas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. A prova subjetiva deverá conter o mínimo de **30** (trinta) e o máximo de **90** (noventa) linhas escritas, sob pena de ser desconsiderada.
9. Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e entregue o caderno de provas e as folhas de respostas das provas objetiva e subjetiva.
10. Por motivo de segurança, somente durante os 30 (trinta) minutos que antecederem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS.
11. O não atendimento a qualquer uma das determinações constantes do caderno de prova ou orientações passadas durante o exame poderá implicar na eliminação do candidato.
12. A divulgação do gabarito e os prazos para interposição de recursos serão realizados pelo site http://www.prrn.mpf.gov.br/concursos/estagiarios/2014/

BOA PROVA!

CPF	INSTITUIÇÃO DE ENSINO

NOME

Direito Constitucional

1) Sobre a disciplina dos direitos e garantias individuais estabelecidos na Constituição Federal, é correto afirmar que:

a) A obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal, é assegurada a todos, desde que paga a respectiva taxa.

b) Qualquer pessoa é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou entidade de que o estado participe.

c) É assegurado a todos, independentemente do pagamento de taxa, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder

d) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer cidadão nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

2) Com base nas normas constitucionais brasileiras, que regulam o Poder Legislativo, assinale a assertiva correta:

a) Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dentre outras matérias, dispor sobre radiofusão, telecomunicações, sistema tributário e a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.

b) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha do Procurador-Geral da República.

c) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleito pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

d) É competência exclusiva do Senado Federal aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

3) A respeito do Ministério Público, analise as assertivas abaixo e responda:

I. O Ministério Público poderá instaurar, sob a sua presidência, Inquérito Civil Público, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

II. Ao Ministério Público é assegurada a autonomia funcional e administrativa.

III.É função do Ministério Público promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição Federal.

IV. Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e o cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.

a) somente as alternativas I, II e III estão corretas.

b) Apenas as opções II, III e IV estão corretas

c) As assertivas I, II e IV estão incorretas

d) todas as assertivas estão corretas

4) Em relação a organização político-administrativa do Estado brasileiro, assinale a opção correta:

a) Incluem-se entre bens dos Estados, as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que

estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob o domínio da União, Municípios e Territórios.

b) A fiscalização do Município será exercido pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da Lei.

c) Compete privativamente a União legislar sobre desapropriação, juntas comerciais, orçamento, previdência social, direito tributário, financeiro e econômico.

d) Os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e os Territórios são unidades federativas autônomas.

5) Acerca do Poder Judiciário, assinale a opção incorreta:

a) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade.

b) O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros

c) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, viola a cláusula de reserva de plenário (art. 97 da CF) a decisão de órgão fracionário de Tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.

d) Aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidades autárquicas, empresa pública federal e sociedade de economia mista federais forem interessadas na condição de autoras, rés ou assistente.

6) Quanto à disciplina do processo legislativo, é correto afirmar que

a) A Constituição Federal poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, estado de sítio e estado de defesa.

b) Poderá ser objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto direto, secreto, universal e periódico.

c) São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre servidores públicos da União e territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.

d) O Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, que versem sobre direito penal, processo penal e processo civil.

7) A respeito do controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

a) O Superior Tribunal de Justiça apreciará, na forma da lei, a arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente da Constituição Federal.

b) A Mesa do Congresso Nacional pode propor ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade.

c) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

d) Nas ações de inconstitucionalidade o Procurador-Geral da República será previamente ouvido e defenderá o ato ou texto impugnado.

Direito Administrativo e Noções de Direito Ambiental

8) Sobre o regime jurídico dos bens públicos, julgue os itens abaixo:

I- Os bens públicos, sejam móveis ou imóveis e dentre outros requisitos, somente podem ser alienados mediante autorização legislativa;

II- Não cabe aquisição por meio de usucapião de bens públicos;

III- Um bem público pode ser dado em garantia real na excepcional hipótese de garantir o pagamento do serviço de dívida;

IV- Os sítios arqueológicos são bens da União, por expressa disposição constitucional;

Assinale a alternativa correta:

a) Todos os itens estão corretos;

b) Os itens I, II e III estão corretos;

c) Os itens II e IV estão corretos;

d) Somente o item IV está correto

9) "Modalidade de licitação utilizada para aquisição, pelo Poder Público, de bens ou serviços comuns". Tem-se aqui definição que detalha a seguinte espécie de procedimento licitatório:

a) carta-convite;

b) pregão;

c) tomada de preços;

d) concorrência;

10) Sobre a disciplina da improbidade administrativa, é correto afirmar que:

a) a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem exigido, para a concessão da medida liminar de indisponibilidade dos bens, a demonstração de que o demandado está dilapidando o seu patrimônio com objetivo de impedir a satisfação de eventual condenação por ato de improbidade;

b) todos as modalidade de ato de improbidade administrativa admitem, como elemento subjetivo, o dolo e a culpa;

c) a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória por ato de improbidade;

d) não é possível o ressarcimento do dano ao erário em sede de ação de improbidade, sendo necessário que o ente legitimado promova ação ressarcitória específica para tal fim;

11) Sobre os contratos administrativos, é correto afirmar que:

a) segundo a maioria da doutrina, o contrato administrativo possui caráter personalíssimo, sendo vedada a subcontratação fora dos limites previstos na lei e também exigida autorização expressa no edital da licitação pertinente;

b) a Lei nº 8.666/93 prevê que a Administração Pública pode alterar unilateralmente o contrato administrativo, inclusive no que diz respeito às chamadas cláusulas econômicas (relacionadas ao preço da

avença);

c) em regra, os contratos administrativos possuem prazo indeterminado;

d) o aumento da alíquota de um tributo que gera impacto no preço de um determinado contrato administrativo é hipótese de extinção do negócio, sem culpa das partes, sendo hipótese designada pela doutrina como caso fortuito ou força maior.

12) Sobre a organização da Administração Pública brasileira, assinale a alternativa correta:

a) as empresas estatais são criadas por lei, consoante previsto na Constituição Federal.
b) o fenômeno da descentralização, técnica clássica de organização da Administração Pública, ocorre quando o Estado faz uma distribuição interna de competências, criando setores internos, atribuindo, a cada um deles, a responsabilidade por determinada atividade.
c) embora os órgãos públicos não sejam dotados de personalidade jurídica, a jurisprudência tem reconhecido, de forma irrestrita, a capacidade processual determinados órgãos de cúpula, como as Câmaras de Vereadores.
d) apesar de constituírem entes com personalidade jurídica própria, as autarquias se submetem à supervisão ministerial, havendo, inclusive, previsão do manejo de um recurso hierárquico impróprio ao Ministro de Estado da pasta a qual está vinculada a entidade autárquica.

13) João requer à prefeitura uma permissão para utilizar o passeio público para instalação de uma banca de frutas. A prefeitura defere o pedido solicitado, uma vez que a lei municipal autoriza que, discricionariamente e sem a fixação de qualquer prazo, a prefeitura defina alguns locais do passeio que podem ser explorados por particulares. Meses após, já com a banquinha instalada, sobrevém nova lei municipal que proíbe totalmente o uso do passeio público por particulares. Neste caso, deve a Administração:

a) revogar a permissão de uso de bem público por João, reconhecendo-lhe, todavia, o direito à indenização, uma vez que a permissão de uso de bem público, quando não previsto prazo específico, deve observar a vigência mínima de 6 (seis) meses.
b) anular a permissão de uso de bem público por João, reconhecendo-lhe, todavia, o direito à indenização em razão dos investimentos feitos na instalação da banca.
c) declarar caduca a permissão de uso de bem público por João, em razão do advento de nova legislação que torna o ato ilegal, negando-lhe, todavia, o direito à indenização, uma vez que a permissão de uso de bem público possui caráter precário.
d) cassar a permissão de uso de bem público por João, uma vez que o beneficiário está descumprindo a legislação, não lhe sendo devida qualquer verba indenizatória, já não pode advir dispêndio de recursos decorrente da prática de ato ilegal pelo particular.

14) São princípios específicos do direito ambiental brasileiro, exceto:

a) o princípio do desenvolvimento sustentável;
b) o princípio do antropocentrismo;
c) o princípio do poluidor-pagador;

d) o princípio do protetor-recebedor;

Direito Civil

15) Acerca da responsabilidade civil, assinale a opção correta:

a) De acordo com enunciado de súmula do Superior Tribunal de Justiça, a pessoa jurídica pode sofrer dano moral.

b) Somente o dano decorrente de ato ilícito é indenizável.

c) Em regra, uma instituição bancária não é obrigada a reparar o dano causado a um correntista em razão da subtração de valores em conta decorrente de fraude pela internet.

d) Em qualquer caso, o dono ou detentor do animal ressarcirá o dano por este causado.

16) A respeito das pessoas naturais, assinale a assertiva correta:

a) São absolutamente incapazes para exercer pessoalmente os atos da vida civil, os ébrios habituais, os viciados em tóxicos e os menores de dezesseis anos.

b) A pessoa natural adquire personalidade jurídica quando atinge a maioridade civil, aos 18 anos.

c) O exercício de emprego público efetivo cessa, para os menores, a incapacidade.

d) A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a sucessão provisória.

17) Sobre a disciplina dos bens no Código Civil, é incorreto afirmar que

a) as energias, independentemente de valor econômico, são consideradas um bem móvel para efeitos legais;

b) o direito à sucessão aberta é considerado, para efeitos legais, um bem imóvel;

c) a pluralidade de bens singulares que, pertinentes a mesma pessoa, possuem uma destinação unitária é denominada “universalidade de fato”;

d) são pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, de destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro;

18) Acerca do direito das obrigações, assinale a opção correta:

a) A novação por substituição do devedor pode ser efetuada independentemente de consentimento deste.

b) Pelo inadimplemento das obrigações responde todo o patrimônio do devedor, sem qualquer restrição.

c) A sub-rogação transfere ao novo credor alguns direitos, privilégios e garantias do primitivo, em relação à dívida, contra o devedor principal.

d) O devedor que paga tem direito a quitação regular, porém não pode reter o pagamento, caso não lhe seja dada a referida quitação.

19) Acerca da prescrição e decadência, assinale a opção correta.

a) Nos termos do Código Civil, os prazos de prescrição podem ser alterados por acordos das partes.

b) O prazo prescricional de três anos para a pretensão de reparação civil aplica-se tanto à responsabilidade contratual quanto à extracontratual.

c) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, aproveitam os outros tanto na obrigação divisível quanto na indivisível.

d) Em consonância com o ordenamento jurídico vigente a decadência, quando estabelecida em lei, não poderá ser reconhecida de ofício pelo juiz.

Direito Processual Civil

20) Analise as questões abaixo e marque a opção correta.

a) a incompetência relativa não pode ser declarada de ofício.

b) Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça cabe recurso especial contra acórdão proferido no julgamento de agravo de instrumento.

c) O Ministério Público tem legitimidade para recorrer no processo em que oficiou como fiscal da lei, ainda que não haja recurso da parte.

d) as alternativas “a”, “b” e “c” estão corretas.

21) Sobre a competência em matéria cível, assinale a alternativa correta:

a) compete a Justiça Federal o processo e julgamento das causas cíveis em que é parte sociedade de economia mista, bem como os crimes praticados em seu detrimento.

b) há conflito de competência mesmo já existindo sentença com trânsito em julgado proferida por um dos juízes conflitantes.

c) a incompetência absoluta não pode ser declarada de ofício e somente deverá ser arguida por meio de exceção.

d) O Tribunal Regional Federal não é competente para julgar recurso de decisão proferida por juiz estadual não investido de jurisdição federal.

22) Julgue os itens abaixo.

I- O Ministério Público, intervindo como fiscal da lei, não poderá juntar documentos e certidões, produzir provas em audiência e requerer medidas e diligências necessárias ao descobrimento da verdade.

II- Reputa-se litigância de má-fé, dentre outras, aquele que alterar a verdade dos fatos. .

III- Extingue-se o processo, com resolução do mérito, quando o juiz acolher a alegação de perempção, litispendência ou de coisa julgada.

IV- Haverá resolução de mérito quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.

Agora, assinale a alternativa correta:

a) todas as alternativas são corretas;

b) somente os itens II e IV são corretos;

c) somente o item I e III são corretos;

d) somente o item II está correto

23) Sobre a disciplina da ação civil pública, é correto afirmar que:

a) de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não é admissível que o Ministério Público Federal proponha ação civil pública para a tutela do direito à saúde de um único indivíduo;

b) é cabível ação civil pública que veicule pretensão que envolva tributos;

c) uma vez proposta a ação civil pública,

não é lícita a desistência por nenhum dos entes legitimados, à luz do princípio da indisponibilidade;

d) não é admissível a concessão de liminar contra o Poder Público, em sede de ação civil pública, sem que seja garantida a oitiva do representante judicial do ente público envolvido no prazo de setenta e duas horas;

24) Sobre os recursos, assinale a alternativa correta:

a) o agravo retido independe de preparo.

b) a apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo quando confirmar a antecipação dos efeitos da tutela.

c) o agravo de instrumento será dirigido diretamente ao juiz de primeiro grau competente.

d) o prazo para opor os embargos de declaração é de 10 (dez) dias da publicação da decisão que contiver obscuridade, contrariedade ou omissão.

25) "Direitos transindividuais de natureza indivisível, de que seja titular, grupo, categoria ou classe de pessoas indeterminadas, mas determináveis, ligadas entre si, ou pela com a parte contrária, por uma relação jurídica base". O conceito em questão define a seguinte categoria:

a) direitos difusos;

b) direitos coletivos em sentido amplo;

c) direitos coletivos em sentido estrito;

d) direitos individuais homogêneos;

26) "Quando, por três vezes, o oficial de justiça houver procurado o réu em seu domicílio ou residência, sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar a qualquer pessoa da família, ou em sua falta a qualquer vizinho, que, no dia imediato, voltará, a fim de efetuar a citação, na hora que designar". Trata-se aqui de modalidade de

a) citação real;

b) citação ficta;

c) citação presumida;

d) notificação extrajudicial

27) Acerca da sentença e da coisa julgada, assinale a opção correta.

a) A coisa julgada material torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeitando a recurso ordinário ou extraordinário.

b) A sentença deve ser certa, exceto quando decida relação jurídica condicional.

c) Está sujeita ao reexame necessário a sentença proferida contra a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, desde que a condenação não exceda a 60 (sessenta) salários mínimos.

d) Publicada a sentença, encerra-se a jurisdição de primeira instância e o magistrado, em hipótese alguma, poderá alterar a decisão.

Direito Penal

28) Julgue os itens abaixo:

I- O princípio da insignificância possui expressa previsão na legislação penal e, quando incidente, exclui a tipicidade;

II- Quanto à imputabilidade, a Parte Geral

do Código Penal brasileiro adotou o critério psicológico;

III- Lei penal em branco imprópria é aquela em que o seu complemento é feito por outro ato normativo que não a lei;

IV- No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente;

Assinale a alternativa correta:

a) somente os itens I e III estão corretos
b) somente o item II e IV estão corretos
c) somente os itens III e IV estão corretos
d) somente o item IV está correto

29) Sobre a jurisprudência dos Tribunais Superiores em matéria penal, é correto afirmar que:
a) a lei penal mais benéfica se aplica ao crime continuado ou permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência;
b) a incidência de circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal;
c) os inquéritos policiais e as ações penais em curso podem ser utilizados para fins de majoração dos antecedentes na fixação da pena-base;
d) a opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime é um aspecto relevante para a imposição de regime mais severo que o permitido segundo a pena aplicada

30) Tobias furtou um computador da residência de Pedro. Dias após, a autoridade policial, através de uma gravação de câmera de segurança, identifica Tobias que, interrogado, confessa a prática do delito, informando que já havia vendido o computador para terceiro. Relatado o inquérito policial, o Ministério Público denuncia Tobias que, antes do recebimento da exordial, restitui a Pedro o valor integral do computador. Neste caso, Tobias:

a) poderá ser beneficiado pelo instituto do arrependimento eficaz, uma vez que a restituição do valor do bem equivale à inocorrência do resultado;
b) terá reconhecido o delito de furto na modalidade tentada, e não consumada, uma vez que houve devolução integral do valor do bem;
c) poderá ser beneficiado pelo instituto do arrependimento posterior, uma vez que a restituição do valor do bem ocorreu antes do recebimento da denúncia, fazendo jus a uma redução de um a dois terços da pena eventualmente aplicada;
d) responderá pelo delito de furto na modalidade consumada, sem que exista qualquer benefício diretamente associado à devolução do valor equivalente ao produto do delito;

31) João, funcionário da Secretaria de Educação de Águas Belas e responsável pelo depósito municipal, valendo-se do acesso privilegiado ao estoque de gêneros alimentícios para composição da merenda escolar da rede de ensino, desvia com auxílio de Fábio, seu irmão desempregado, 15kg (quinze quilos) de arroz e 25kg (vinte e cinco quilos) de carne moída, omitindo o seu efetivo recebimento no depósito, com objetivo de revender posteriormente e auferir lucro. Diante de tal cenário, assinale a alternativa correta:

a) João e Fábio devem responder pelo delito de furto qualificado pelo abuso de confiança;
b) João e Fábio devem responder pelo delito de peculato;
c) João deve responder pelo delito de

peculato e Fábio pelo delito de furto simples;
d) João deve responder pelo delito de peculato e Fábio pelo delito de apropriação indébita;

32) Em relação aos crimes hediondos, é correto afirmar que:
a) a pena privativa de liberdade eventualmente aplicada deverá ser cumprida, na sua integralidade, no regime fechado;
b) a prisão temporária nos crimes hediondos terá prazo improrrogável de 30 (trinta) dias;
c) a progressão de regime, no caso dos condenados primários, se dá com o cômputo de dois quintos da pena, observado também o bom comportamento;
d) o tráfico de drogas é modalidade de crime hediondo;

33) João, agente de polícia federal, cumprindo ordens de Pedro, delegado e seu superior hierárquico, tortura Severino, chefe de uma organização criminosa, com objetivo de obter a confissão de informações acerca de um plano para executar quinze altos funcionários do governo federal. Diante deste cenário:
a) João e Pedro devem responder pelo delito de tortura praticado contra Severino;
b) somente Pedro responderá pelo delito de tortura praticado contra Severino, uma vez que João agiu em obediência de ordem de superior hierárquico;
c) somente João responderá pelo delito de tortura praticado contra Severino, uma vez que foi quem efetivamente torturou Severino;
d) o fato não constitui crime, uma vez que ambos os agentes atuaram em estrito cumprimento de dever legal;

Direito Processual Penal

34) Sobre a prisão preventiva, é correto afirmar que:
a) em nenhuma hipótese será possível a decretação de prisão preventiva para crime punido com pena de reclusão inferior a 4 (quatro) anos;
b) em nenhuma hipótese o juiz poderá decretar, de ofício, a prisão preventiva, uma vez que tal conduta violaria o sistema acusatório consagrado na Constituição Federal;
c) o descumprimento de qualquer medida cautelar diversa da prisão poderá ensejar a sua conversão em previsão preventiva;
d) o fato do acusado não possuir residência fixa e ocupação lícita é motivo suficiente para a decretação da prisão preventiva.

35) De acordo com a jurisprudência atual dos Tribunais Superiores, em caso de conflito de atribuições entre órgão do Ministério Público Federal e órgão do Ministério Público estadual, a instância responsável para indicar o órgão ministerial com atribuição é:
a) o Supremo Tribunal Federal;
b) o Superior Tribunal de Justiça;
c) o Procurador-Geral da República;
d) o Conselho Nacional do Ministério Público;

36) Sobre a competência em matéria processual penal, assinale a alternativa incorreta:
a) a competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual;
b) compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes contra funcionário público federal, quando relacionados ao

exercício da função;
c) no concurso entre jurisdições de mesma categoria, no caso de conexão ou continência, preponderará, em primeiro lugar, a do lugar da infração a qual for cominada a pena mais grave;
d) a conexão determina a reunião dos processos, desde que não tenha havido trânsito em julgado para a acusação;

37) O Ministério Público Federal oferece denúncia em desfavor de João da Silva, ex-prefeito de Águas Belas, Pedro Santos, ex-secretário de Finanças, Roberta Oliveira, ex-secretária de Educação e Vítor Hugo, ex-procurador do município, pela prática, em concurso de pessoas, dos crimes de dispensa ilegal de licitação (Lei nº 8.666/93, art. 89) e a modalidade especial de peculato estatuída no art. 1º,I, do DL 201/67. Na fase de recebimento da petição inicial, o juiz rejeita a denúncia em relação ao réu Vítor Hugo, por entender que não há justa causa para subsidiar o seu recebimento. Diante deste cenário, considerando que o Procurador da República está convencido da existência de elementos suficientes a subsidiar o recebimento da denúncia em relação a todos os réus, a medida processual adequada é:
a) o manejo de recurso de apelação, já que a rejeição de denúncia equivale a uma sentença absolutória;
b) o manejo de recurso em sentido estrito, por expressa disposição legal;
c) o manejo de correição parcial, consoante autoriza o art. 6º da Lei nº 5.10/66, uma vez que não há recurso expressamente previsto para tal hipótese no Código de Processo Penal;
d) o manejo de um pedido de reconsideração, uma vez que não existe, na legislação processual penal, hipótese de recurso para este caso;

38) Sobre a prova no direito processual penal brasileiro, é correto afirmar que:

a) reconhecida a impossibilidade de produção de novas provas, é possível a condenação do réu com base em provas produzidas, tão somente, na fase pré-processual;
b) a chamada teoria dos frutos da árvore envenenada (*fruits of the poisonous tree*) foi trazida, ao nosso sistema, através de construção doutrinária e jurisprudencial, não havendo previsão expressa na lei processual penal;
c) os indícios são espécie de prova expressamente prevista no Código de Processo Penal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem admitido que um conjunto robusto de indícios, por si só, é capaz de subsidiar a prolação de um édito condenatório;
d) o reconhecimento de pessoas não possui disciplina específica no Código de Processo Penal, sendo admitida a sua realização, todavia, desde que o magistrado cuide de garantir que não haverá intimidação ou outra forma de influência no procedimento;

39) Sobre a investigação na fase pré-processual, é correto afirmar que:
a) embora se tenha admitido a existência de apurações pré-processuais de natureza penal em outros entes, como a Receita Federal, o Código de Processo Penal estabelece que é exclusiva da polícia judiciária a atribuição para investigar a autoria e a materialidade de uma infração penal com o fito de subsidiar a propositura de um ação penal.
b) por si só, uma *notitia criminis* anônima não pode justificar a instauração de um inquérito policial, mas o Supremo Tribunal Federal admite que, no caso de recebimento de uma denúncia apócrifa, a

autoridade policial deve tomar medidas informais destinadas a apurar, com prudência e discrição, a existência de eventual infração penal;
c) havendo requisição de inquérito policial pelo Ministério Público, pode o delegado, desde que fundamentado na inexistência manifesta de infração penal ou na presença evidente de excludente de ilicitude ou da culpabilidade, rejeitar a providência, sendo cabível o manejo de recurso para o superior hierárquico;
d) indiciamento é a imputação a alguém, no inquérito policial, da prática do ilícito penal, em decorrência de indícios convergentes de autoria, sendo ato formalizado pelo Delegado de Polícia mediante aquiescência expressas do representante do Ministério Público.

40) Sobre a competência da Justiça Federal, julgue os itens abaixo:
I- a competência para processar e julgar crimes políticos é da Justiça Federal de primeiro grau, mas o recurso contra a sentença absolutória ou condenatória é julgado pelo Supremo Tribunal Federal;
II- em nenhuma hipótese, a Justiça Federal julgará contravenção penal
III- a prática de crime contra a fauna envolvendo animal inserido na lista de animais em extinção do IBAMA é da competência da Justiça Federal
IV- crime praticado em aeronave pousada é da competência da Justiça Federal

Assinale a alternativa correta:
a) todos os itens são verdadeiros;
b) os itens I, II e III são verdadeiros;
c) os itens II e IV são verdadeiros;
d) apenas o item III é verdadeiro

PROVA SUBJETIVA

Disserte sobre o poder de investigação do Ministério Público no âmbito criminal, destacando os aspectos controvertidos sobre a questão.

RASCUNHO

10

20

30

RASCUNHO

40

50

60

RASCUNHO

70

80

90